

MINISTÉRIO DA SAÚDE



CADERNO DE **SAÚDE E EDUCAÇÃO** **AMBIENTAL**

VERSÃO PRELIMINAR

Brasília – DF
2015

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Atenção à Saúde
Departamento de Atenção Básica
SAF Sul, Quadra 2, lotes 5/6, Edifício Premium, bloco II, subsolo
CEP: 70070-600 – Brasília/DF
Fone: (61) 3315-9031
Site: <http://dab.saude.gov.br>
E-mail: dab@saude.gov.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica
Diretoria Currículos e Educação Integral
Esplanada dos Ministérios, bloco L, anexo II
CEP: 70047-900 – Brasília/DF
Site: www.mec.gov.br

Supervisão geral:

Eduardo Alves Melo
Clarice Salete Traversini

Coordenação-geral:

Secretaria de Educação Básica _ Ministério da Educação. SEB/MEC.
Secretaria de Atenção à Saúde _ Ministério da Saúde. SAS/MS.

Colaboração:

Coordenação de Média e Alta Complexidade_CGMAC/DAET/SAS
Coordenação do Programa Saúde na Escola Educação_DICEI/SEB/MEC
Coordenação do Programa Saúde na Escola Saúde _ PSE/CGAN/DAB/SAS/MS
Coordenação-Geral de Ações Estratégicas em Educação na Saúde _CGAES/ DEGES/SGTES
Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição _ CGAN/DAB/SAS
Coordenação-Geral de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social_CGEP/DAGEP/SGEP
Coordenação-Geral de Áreas Técnicas – Práticas Integrativas e Complementares – PIC's/CGAT/DAB/SAS
Coordenação-Geral de Articulação da Atenção à Saúde Indígena_CGASI/DASI/SESAI/MS
Coordenação-Geral de Articulação Intersetorial/Departamento de Condicionalidades_SENARC/MDS
Coordenação-Geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis CGDANT/ DANTPS/SVS
Coordenação-Geral de Gestão da Atenção Básica_CGAB/DAB/SAS
Coordenação-Geral de Hanseníase e Doenças em Eliminação _ CGHDE/DEVIT/SVS/MS
Coordenação-Geral de Prevenção e Articulação Social_CPAS/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais/SVS
Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados _ DAE/SAS/MS
Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados_CGSH/DAHU/SAS
Coordenação-Geral de Saúde Bucal_CGSAB/DAB/SAS
Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno _ CGSCAM/DAPES/SAS
Coordenação-Geral de Saúde da Mulher_CGSM/DAPES/SAS
Coordenação-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência_CGPD/DAPES/SAS
Coordenação-Geral de Saúde do Adolescente e Jovem_CGSAJ/DAPES/SAS
Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas _CGMAD/DAET/SAS
Divisão de Controle do Tabagismo_CGPV/INCA
Fundação Nacional de Saúde _ FUNASA
Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime_UNODC
Fundo de População das Nações Unidas_UNFPA
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação_FNDE/MEC
Núcleo de Desenvolvimento Sustentável _ NUDES/DSAT/SVS
Programa Nacional de Imunização_PNI/ DEVEP/SVS
Secretaria de Educação Básica_SEB/MEC
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão_SECADI/MEC

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Roosevelt Ribeiro Teixeira

Caderno

Saúde e Educação Ambiental

Introdução

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma estratégia intersetorial da saúde e da educação, voltada ao desenvolvimento integral do educando e do território de responsabilidade compartilhada por escolas e unidades de saúde.

As interações da vida cotidiana com os processos no território produzem mais ou menos saúde e são indissociáveis para as práticas de educação e saúde integral. Por isso, estas práticas precisam ser problematizadas de acordo com a realidade presente, considerando as necessidades atuais e das gerações futuras. Assim sendo, as atividades do PSE estão comprometidas com uma visão ampliada de educação e saúde. Isso implica entendê-las como algo produzido pessoal e coletivamente com a família, as associações comunitárias, os espaços de decisões políticas governamentais, os locais e equipamentos públicos e especialmente com as práticas do lugar onde se vive, estuda e trabalha.

O conceito de saúde foi se modificando ao longo do tempo. Uma notória modificação ocorrida foi em relação à mudança de uma compreensão de que saúde é ausência de doença para a definição que envolve a dimensão do bem-estar físico, mental e social, assim como a incorporação de dimensões como a habitação, o saneamento, o lazer e o ambiente em que as pessoas vivem.

Considerando que o ambiente faz parte do amplo conceito de saúde, o PSE propõe dentre as suas ações a promoção da saúde ambiental e o desenvolvimento sustentável, por meio da realização de atividades de sensibilização, responsabilização e intervenção do cuidado consigo e com o ambiente escolar.

Apresentação

A concepção de saúde ambiental que foi desenvolvida ao longo deste caderno destaca que a mesma é fruto de processos coletivos, do contexto social e das condições de vida disponíveis para a sua produção. Para falar de saúde ambiental é preciso refletir sobre aquilo que as pessoas e a sociedade como um todo produzem em todas as relações que se estabelecem nos territórios onde as pessoas residem, considerando sempre sua cultura e modos de vida.

Para o alcance da produção de saúde e educação integral, que é um compromisso do Programa Saúde na Escola, é preciso uma compreensão mais ampla dos fatores importantes para o desenvolvimento dessa produção, tais como os determinantes sociais da saúde. Estes são definidos, de acordo com a Comissão Nacional sobre os Determinantes Sociais da Saúde (CNDSS), fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população; e incluem renda, educação, emprego, desenvolvimento infantil, cultura, gênero e condições ambientais.

Está na Lei!

LEI Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990

Art. 3º A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.

A utilização dos determinantes sociais da saúde, que interferem diretamente na qualidade de vida dos indivíduos, pode auxiliar na ampliação do conceito de saúde historicamente focado na compreensão da doença e redimensionar as ações de promoção de saúde. Eles ampliam o conceito de saúde à medida que possibilitam análises que não visam apenas mudança de comportamento individual como: parar de beber, parar de fumar, não comer alimentos gordurosos ou deixar de ter uma vida sedentária, mas auxiliam as pessoas a atentar para os aspectos da vida e da organização social que influenciam a construção ou diminuição das práticas de vida saudáveis nas famílias e comunidade.

Compreender e desenvolver ações a partir dos determinantes sociais da saúde empoderam os indivíduos para promover saúde. Nesse sentido, a promoção da saúde pode ser entendida como estratégia de produção do cuidado pessoal e coletivo, que busca intervir sobre aspectos relativos aos fatores que podem prejudicar a construção de uma vida saudável ou potencializar aqueles que colaboram para sua construção.

As ações de promoção da saúde têm capacidade de provocar mudança alargada quando conseguem partir da realidade das pessoas e do território, do local onde vivem. A capacidade de articular pessoas, setores e políticas públicas para superação daquilo que não contribui com a construção de saúde, numa perspectiva ampliada, torna-se mais intensa à medida que as pessoas e os coletivos problematizam suas condições de vida de forma participativa e autônoma na sociedade, desencadeando processos de aprendizagem sobre si e sobre o território que compartilham e sobre o mundo.

As atividades de saúde ambiental devem ser desenvolvidas com base em uma visão integral que contemple o trabalho com os determinantes sociais de saúde e a promoção da saúde. São questões de caráter complexo, multidisciplinar, intersetorial, que devem envolver as famílias e a comunidade e por isso necessitam que os profissionais de educação e saúde desenvolvam ações sobre os fatores socioambientais que interferem na saúde humana e na capacidade de desenvolver ações integradas. As necessidades devem ser identificadas e problematizadas de forma participativa, protagonista e compartilhada com os diversos atores envolvidos nos processos de melhoria do espaço em que vivem.

No caderno que trata sobre a gestão do Programa Saúde na Escola é mencionada a importância da construção de um território de responsabilidade compartilhada entre escola e unidade básica de saúde para o desenvolvimento de uma prática intersetorial que promova saúde e educação integral com e para a comunidade.

Vale lembrar aqui que o território é o espaço onde os indivíduos vivem e convivem e o processo de construção dessa responsabilidade compartilhada implica em diálogo entre os setores tanto no âmbito municipal quando no âmbito local, uma vez que o objetivo é um olhar integral para cada pessoa. A construção desse senso de responsabilidade compartilhada pode ter como ponto de partida a construção de um olhar comum para os problemas e para as potencialidades desse território, as ações de saúde ambiental podem ser um bom tema para provocar essa reflexão conjunta dos profissionais de saúde e educação.

Nesse contexto, este caderno visa auxiliar na avaliação dos impactos à saúde, provenientes das alterações provocadas no meio ambiente. Para tanto, faz-se necessário considerar o ambiente como um componente importante para a determinação da saúde,

conforme dispõe a Lei Nº 8.080 de 1990 e a Lei nº 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e estabelece como princípio básico “a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”. As diretrizes da Política Nacional de Saúde Ambiental enfatizam a relevância do trabalho intersetorial e o envolvimento de todos que vivem no local.

Para trabalhar essa relação entre saúde e ambiente, que hoje se configura como saúde ambiental, é necessário entender os modelos de desenvolvimento econômicos e sociais e como as ações dos seres humanos podem afetar o meio ambiente e, por conseguinte, a saúde. A partir da compreensão de que as ações humanas podem contribuir com o processo de deterioração do meio ambiente e o adoecimento, propõe-se a realização de oficinas que desenvolvam a percepção da importância do cuidado consigo mesmo, com o outro e com o território, de forma que se torne um ambiente saudável e sustentável.

Você já ouviu falar em Racismo Ambiental?

São as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre grupos étnicos vulneráveis e sobre outras comunidades, discriminadas por sua raça, origem ou cor.

Conheça o Manifesto de Lançamento da Rede Brasileira de Justiça Ambiental:

<<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/documentos-referenciais/item/8077>>. Esse documento visa assegurar que nenhum grupo social, seja étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas ou políticas. Também significa garantir o acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país e às informações relevantes sobre o uso desses recursos. A população deve ainda participar na definição de políticas, planos, programas e projetos da área ambiental.

No âmbito do PSE, deve-se considerar que o diálogo e a sensibilização irão permitir a compreensão da interação entre a educação, o meio ambiente e a saúde, de forma crítica e inovadora, com base na construção coletiva de todos que vivem no local, oportunizando reflexões, mudanças nas atitudes e no pensar, buscando a sustentabilidade e a promoção da saúde.

Para Início de Conversa

1) O Modelo de Desenvolvimento e a Promoção de Saúde e Educação Integral

As nações têm passado por crescimento econômico e desenvolvimento do capitalismo. Em algumas situações esse crescimento ocorre de maneira acelerada e desorganizada, priorizando desenvolvimento industrial, e muitas vezes comprometendo a visão sistêmica de desenvolvimento que deve incluir também o socioambiental. As desigualdades sociais entre a população ainda são grandes. Além disso, as implicações

da falta de desenvolvimento socioambiental têm sérias consequências sobre a saúde, uma vez que podem ser inúmeras as alterações ambientais advindas do processo de industrialização e do consumo exacerbado.

Alterações ambientais, como o fim de espécies vegetais e animais e a poluição das águas, do solo e do ar, podem modificar o equilíbrio e a dinâmica dos ecossistemas gerando consequências para os seres humanos. Isso ocorre devido ao desencadeamento de fatores de risco, de modo direto, como proliferação de vetores - que são elementos condutores, portadores ou transmissores de doenças; ou indireto, com o desaparecimento de habitats e liberação de substâncias nocivas no ar e na água.

O lugar onde as pessoas vivem, trabalham e estudam é fator determinante para que tenham mais ou menos saúde. A produção de desenvolvimento socioambiental implica na promoção da qualidade de vida, na satisfação das necessidades básicas e no uso de tecnologias sociais ecologicamente comprometidas com a vida das gerações futuras. Isso implica discutir e atuar sobre o modelo de produção e consumo. A educação e a saúde ambiental precisam problematizar o entendimento de desenvolvimento para que ele contribua com a igualdade e justiça social, com a diversidade cultural, o protagonismo das pessoas na produção de cuidado consigo mesmo, com o outro e com o meio ambiente, construindo uma compreensão de que o território e o ambiente onde se vive, estuda e trabalha é um bem comum.

As gestões estaduais e municipais são responsáveis pela implementação de diversas ações nesse sentido e os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e Meio Ambiente são entidades importantes na discussão, avaliação e participação da população. Esses órgãos podem ser parceiros do PSE na sua cidade e podem contribuir com as ações desse Programa. Você já pensou nisso?

Há uma diversidade de documentos das políticas públicas de educação e saúde que discutem, orientam e asseguram práticas desejáveis na produção de saúde e educação integral. Abaixo foram listadas algumas delas. Como essas ferramentas podem ser usadas para provocar os profissionais de educação e saúde para protagonizarem com os educandos e a comunidade local ações que problematizem os modelos de desenvolvimento e propiciem a construção de estratégias intersetoriais para trabalhar o tema da saúde ambiental? Como a gestão municipal do Programa Saúde na Escola pode contribuir para incorporação ou acompanhamento dessas discussões nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas e do planejamento das unidades de saúde?

Está na Lei:

O artigo 225 da Constituição Federal (CF), de 1988, determina que o poder público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações”. As ações de educação ambiental promovem saúde nos territórios e nesse sentido desenvolvem uma dimensão intersetorial importante para o PSE, tendo em vista que através das mesmas, saúde e educação podem criar sinergias por meio de análise compartilhada de necessidades de saúde do território comum para superar junto com a

comunidade problemas que afetam a saúde de todos.

A **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**, que dispõe sobre a **Política Nacional do Meio Ambiente**, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental devesse ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

A **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, **dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)**, como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. Acesse em portal: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm

A **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 4º trata do dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Princípios convergentes a uma saúde ambiental.

A **Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012**, do Conselho Nacional de Educação, estabelece as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Acesse em <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>

2) Saúde Ambiental e Sustentabilidade

A partir da percepção de que a degradação ambiental por ações humanas poderia causar impactos e alterações profundas na vida do planeta, a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou a Conferência de Estocolmo, em 1972. O encontro reuniu 113 representantes de diversos países na capital da Suécia, sendo a primeira iniciativa mundial no sentido de organizar as relações entre o ser humano e o meio ambiente.

Em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU publicou um relatório inovador - “Nosso Futuro Comum” – que trouxe a público o conceito de desenvolvimento sustentável, definido como “a competência da humanidade em garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras”.

Em 1992, o Brasil sediou a Conferência Global das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que ficou mundialmente conhecida como “Rio 92” ou “Cúpula da Terra”. Nessa Conferência foi debatida a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a necessidade imperativa do desenvolvimento focado na sustentabilidade foi reconhecida em todo o mundo. No documento chamado Agenda 21, os governos delinearam um programa detalhado de ações para afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico, direcionando-as para atividades que protejam e façam uso racional e equitativo dos recursos ambientais, dos quais o crescimento e o desenvolvimento dos países dependem (Brasil, 2013).

O Capítulo 6 da Agenda 21 trata da Proteção e Promoção das Condições da Saúde Humana, pois como já falamos anteriormente saúde e ambiente estão intimamente relacionadas, assim como saúde e desenvolvimento econômico e social. A Agenda 21 abrange as seguintes áreas que devem ser tratadas com prioridade pelos países: satisfação das necessidades de atendimento à saúde; controle de doenças contagiosas; proteção dos grupos de pessoas vulneráveis às más condições de saúde; e redução dos riscos para a saúde decorrentes da poluição e dos perigos ambientais.

Apesar da Conferência “Rio 92” ter sido um marco no que tange às preocupações com o desenvolvimento sustentável, pouco se avançou na prática, uma vez que o modelo de desenvolvimento em grande parte do mundo tem sido pautado pela produção intensiva e pelo consumo excessivo de bens materiais. Apesar dos acordos firmados entre os países, o modelo de desenvolvimento ainda não mudou.

Com a preocupação quanto ao futuro das nações, em 2012 foi realizada a Conferência “Rio+20”, que trouxe a perspectiva de se pensar no mundo que queremos ter daqui a 20 anos, a fim de programar ações passíveis de serem implementadas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Durante a Conferência, países renovaram seus compromissos com o desenvolvimento sustentável, prometendo promover um futuro econômico, social e ambientalmente sustentável para o nosso planeta e para as gerações do presente e do futuro. Os países também reafirmaram os princípios enunciados na Cúpula da Terra de 1992 e em diversas conferências subsequentes sobre desenvolvimento sustentável.

Assim como a Agenda 21 trouxe em seu escopo o tema saúde, o documento final da Rio + 20 “O Futuro que Queremos” (<http://www.uncsd2012.org/thefuturewewant.html>) deixou claro que a saúde e educação são elementos fundamentais para que o desenvolvimento sustentável aconteça, quanto mais saúde um povo tem, mais desenvolvimento sustentável há naquele território. De acordo com o documento, as nações só alcançarão o desenvolvimento sustentável pleno quando toda a população da Terra – ricos e pobres – tiver acesso equitativo à saúde e quando todos gozarem de bem-estar físico, mental e social. Seguindo por esse caminho, as sociedades serão justas, inclusivas, saudáveis e economicamente produtivas e, para tal, as políticas devem ser integradas e intersetoriais. A partir daqui, compreenderemos como utilizar as experiências das Conferências para mudar o território e qualificar as ações de educação em saúde no território.

Os parágrafos 138 a 146 do documento final da Rio + 20, “O Futuro que Queremos”, destacam algumas questões importantes sobre a saúde que merecem atenção especial para conquista de um modelo de desenvolvimento sustentável, que não pode existir se não houver saúde integral. O documento enfatiza uma compreensão ampliada de ambiente e saúde, veja:

- 1) Saneamento Básico para todos:** grande parte dos problemas de saúde está relacionada à falta ou às más condições de saneamento (diarréias, infecções alimentares contaminações, entre outros). Por se tratar de uma temática transversal, o saneamento básico universal requer políticas e ações integradas e intersetoriais, como destacadas no texto final da Conferência “Rio+20”.

Como é o saneamento básico do seu município? Todas as pessoas têm acesso, as escolas e as unidades básicas de saúde estão ligadas a rede de água e esgoto? Os escolares têm problemas de saúde devido à falta de saneamento? Essas questões podem ser um bom tema para aprofundar as ações de promoção da saúde entre escola e Unidade Básica de Saúde.

- 2) **Acesso universal ao cuidado e à atenção integral às doenças transmissíveis e não transmissíveis:** segundo o documento, representam um dos principais obstáculos para o desenvolvimento sustentável. O objetivo central é que as nações se comprometam com o esforço contínuo para a cura efetiva de doenças transmissíveis, como malária, tuberculose e doenças tropicais negligenciadas e que seu tratamento seja para todos que precisem conforme a sua necessidade. Em relação às doenças não transmissíveis, o foco é na cobertura equitativa, no tratamento universal e na prevenção e apoio às doenças como câncer, diabetes, problemas cardiovasculares e problemas respiratórios crônicos – todos diretamente relacionados à qualidade ambiental e aos modos de vida, ou seja, problemas de saúde que são influenciados direta pelos determinantes sociais. Aspectos institucionais e de infraestrutura foram abordados com o objetivo de colaboração e cooperação nacional e internacional acerca do acesso igualitário a todos os níveis de atenção à saúde.

Sendo o cuidado integral uma das diretrizes do Programa Saúde na Escola, como apoiar os profissionais de saúde e educação para garantir a atenção integral dos estudantes levando-se em consideração o território de gestão compartilhada? Os profissionais envolvidos no Programa podem e devem discutir os dados epidemiológicos do seu município na perspectiva de promoção do autocuidado.

- 3) **Levar em consideração aspectos populacionais, demográficos e de migração para formulação e aprimoramento de políticas públicas:** devem ser considerados nas políticas de planejamento e de desenvolvimento sustentável tanto urbano quanto rural as características populacionais, demográficas e de migração na perspectiva de garantir saúde a todos. Esses dados podem ser considerados também na perspectiva do território compartilhado: envolver as famílias e a comunidade no planejamento de ações de sustentabilidade a partir da realidade local com o apoio dos profissionais de saúde e educação que atuam na localidade.

Como induzir esses profissionais para que não deixem de considerar os saberes e cultura locais?

- 4) **Políticas de saúde reprodutiva, sexual e planejamento familiar:** são um direito humano e neste contexto devem constar nos programas e planos de todas as nações, assim como serem garantidos a informação e o acesso aos métodos contraceptivos.

É interessante incentivar iniciativas que visem promover os direitos sexuais e os direitos reprodutivos por meio da participação juvenil. A educação entre pares, processo de ensino e aprendizagem em que adolescentes e jovens atuam como facilitadores(as) de ações e atividades com e para outros(as) adolescentes e jovens, ou seja, os pares, é uma metodologia que pode auxiliar o debate sobre os

temas de saúde sexual e reprodutiva. Gestor municipal, você já pensou em convidar um jovem que tenha protagonismo nas ações de promoção para fazer parte do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTI-M)? Sua participação no planejamento de ações pode fortalecer o PSE, que passa a ter um olhar mais próximo dos adolescentes e jovens.

- 5) **Redução de mortalidade infantil e materna:** altas taxas de mortalidade de mães e crianças são um indício da falta de acesso adequado à saúde e à educação. Também é um sinal de que as desigualdades sociais são grandes e precisam ser superadas. É primordial para a qualidade de vida de mães e crianças ampliar o acesso à rede de atenção à saúde, garantindo o acolhimento e a melhoria da qualidade do pré-natal e incentivando o autocuidado. Mães devem ser partícipes de ações de promoção à saúde nas creches e nos demais níveis de ensino, a fim de, garantir que a integralidade das ações também chegue às famílias. Saúde ambiental envolve o comprometimento com as gerações futuras!
- 6) **Promover e garantir a igualdade de gênero e respeito às diversidades:** buscar a efetivação dessas políticas e programas de promoção da saúde para todos os grupos, de modo a atingir a igualdade de gênero e o fim de qualquer discriminação ou violência. Conhecer a cultura local e estimular atividades que promovam suas formas de manifestação é um meio de se cultivar a história e valorizar a diversidade. A gestão municipal também pode ajudar a identificar ações que façam emergir a igualdade de gênero a partir deste reconhecimento cultural. O GTI -M pode articular parcerias para além da educação e saúde e ampliar o escopo das discussões de igualdade de gênero e diversidades no âmbito da própria gestão, num processo formativo por meio de cursos de educação à distância.

Para saber mais acesse: dab.saude.gov.br/pse
--

Ainda fazendo referência ao documento final da Conferência “Rio + 20”, a partir do parágrafo 229 são abordadas as dimensões da educação, pois sem a garantia de processos educativos integrais não é possível construir o desenvolvimento sustentável. Veja o que o documento diz a partir de uma compreensão ampliada de ambiente e educação:

- 1) Direito de todos à educação básica e a importância do acesso a uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino para que a pobreza seja erradicada, a igualdade de gênero alcançada e o desenvolvimento sustentável possa acontecer;
- 2) Igualdade de acesso para as pessoas com deficiência, os povos indígenas, as comunidades tradicionais, as minorias étnicas e as pessoas que vivem em áreas rurais.
- 3) Necessidade de mais formação para os profissionais da educação para que possam desenvolver ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável e utilizar tecnologias da informação e da comunicação, como compartilhar os resultados das práticas de ensino.
- 4) Promoção de meios de educação não formal entre jovens para o desenvolvimento da consciência sobre o desenvolvimento sustentável.
- 5) Fortalecimento da infraestrutura, da cooperação internacional e dos investimentos para melhorar a qualidade da educação.

- 6) Promoção da educação para o desenvolvimento sustentável, tornando o envolvimento da educação mais ativo na construção de uma sociedade sustentável.
- 7) Incentivo às instituições educativas a adotarem práticas de gestão sustentável de modo participativo, envolvendo a comunidade e tomando o tema do desenvolvimento sustentável como elemento integrador entre as disciplinas.
- 8) Apoio às instituições de nível superior para desenvolverem estudos que promovam inovação, especialmente no âmbito da educação, para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, fica evidente o quanto o setor saúde e educação tem a contribuir para promoção da saúde ambiental. Esse é um tema desafiador e de extrema importância para o desenvolvimento das nações.

As pessoas podem impactar o meio ambiente, e esse também pode impactar as pessoas. Em ambos os casos, gerando consequências para a saúde. Como o desenvolvimento socioambiental é uma tarefa intersetorial, o Programa Saúde na Escola pode ser um elemento articulador dessas práticas.

No encontro entre educação e saúde, que é a base do PSE, muitas ações podem compor para a construção de um mundo mais sustentável. Propomos que todas as ações do Componente II (Promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos) agreguem no seu planejamento e execução a dimensão da sua importância para construção de um processo de desenvolvimento sustentável à medida que podem proporcionar mudanças de atitudes que contribuam com o cuidado consigo, com outro e também em favor de um território saudável.

3) Saúde Ambiental e Diagnóstico do Território de Responsabilidade Compartilhada entre Educação e Saúde

Em 1949, o conceito de saúde passou por uma mudança importante: a Organização Mundial de Saúde (OMS) ampliou e o redefiniu como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”, considerando assim a dimensão psíquica, social e comportamental da atual sociedade, o que inclui o ambiente em que se vive (WHO, 1949). Como foi mencionado anteriormente, o conceito de saúde presente na Lei 8.080/90 enfatiza que saúde é muito mais que ausência de doença, quando afirma que habitação, transporte, educação, saneamento básico, renda, alimentação e inclusive o meio ambiente constituem a saúde das pessoas e dos territórios.

Essa redefinição do conceito de saúde ocorreu influenciada pelas mudanças provocadas pela revolução industrial, momento em que iniciaram os estudos que tratavam dos impactos ambientais sobre a saúde. Com isso estruturou-se a área de saúde ambiental, campo da Saúde Pública associado ao conhecimento científico e à formulação de políticas públicas relacionadas à interação entre a saúde humana e aos fatores do meio ambiente natural e das modificações ocorridas no mesmo, pelos seres humanos que determinam, condicionam e influenciam, a melhorar a qualidade de vida das pessoas, sob o ponto de vista da sustentabilidade (Koivusalo, 2011).

Para atuar sobre as questões relativas à saúde e educação ambiental é interessante partir da realidade onde os educandos vivem, estudam e se divertem.

Analisar as necessidades e as potencialidades do território de responsabilidade compartilhada entre educação e saúde no Programa Saúde na Escola pode ser uma ferramenta potente para promover saúde e prevenir doenças e agravos.

A OMS observou a necessidade de propor uma metodologia para a realização de um diagnóstico sobre as condições ambientais e de saúde, com o intuito de desenvolver uma sistematização sobre a saúde ambiental para uma escola ou território. Por meio desta metodologia, identificam-se facilmente as correlações entre a causa e o efeito de determinadas ações, permitindo que a relação entre a saúde e os fatores socioambientais presentes em um território possam ser analisados em diferentes níveis, fazendo-se entender a relação entre a saúde ambiental e o desenvolvimento sustentável e permite elencar ações para resolução dos problemas de saúde e ambiente identificados ou ações de disseminação de boas práticas de saúde e ambiente, bem como, realizar atividades de sensibilização, responsabilização, intervenção e cuidado consigo mesmo e com o ambiente escolar bem como incentivar o protagonismo de membros da comunidade, escola, saúde e gestores.

A análise de ações e reações sobre a saúde e o meio ambiente, identificadas por meio de uma matriz, que é uma ferramenta para sistematizar os dados, servirá para uma avaliação e planejamento e possibilitará um julgamento dos diferentes fatores que influenciam e condicionam a saúde num território específico. Essa ferramenta será apresentada a seguir neste caderno e também como proposta de oficina, apresentada ao final desse caderno. Questões ligadas à educação, à infraestrutura e ao desenvolvimento social podem ser analisadas e estratégias comuns podem ser criadas pela comunidade, setor saúde e educação para provocar mudanças que tenham impacto na produção da saúde das pessoas que vivem, estudam e trabalham naquele lugar.

A construção de um diagnóstico da situação de saúde do território compartilhado pela escola, unidade básica e comunidade é um recurso fundamental para a qualificação das ações do Programa Saúde na Escola. A resolução dos problemas levantados nesse diagnóstico poderá ser alcançada em curto prazo, se tiver caráter reparador, ou em médio e longo prazo, se forem medidas preventivas e estruturantes do território.

Na esfera do PSE, a saúde ambiental poderá ser trabalhada a partir da percepção das dimensões espaciais e das interações no ambiente em que se vive, com o auxílio da matriz. A análise do território de responsabilidade compartilhada deverá considerar as condições de saúde, tais como a qualidade da água, dos alimentos, do ar e os resíduos produzidos, bem como sua destinação. Esses aspectos são fundamentais para a realização de atividades que possam sensibilizar, responsabilizar e intervir nos cuidados com a escola, a comunidade e consequentemente nos cuidados com a saúde das pessoas que convivem nesse território.

Assim sendo, são exemplos de temas que podem ser trabalhados no âmbito da saúde ambiental, dentro da metodologia de construção de uma matriz que está sendo proposta: a) qualidade de água para consumo humano; b) desastres naturais ou tecnológicos; c) poluição do ar; d) contaminação dos solos; e) gestão dos resíduos produzidos (Lei 12.305/2010); f) ocupação e uso do solo, desmatamento e surgimento de vetores, que são elementos condutores, portadores ou transmissores doenças, e animais peçonhentos; g) permacultura e produção de alimentos saudáveis; h) Agenda 21 e Pegada Ecológica (Quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as

gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos, gastos por uma determinada população); i) produção e consumo sustentável.

A matriz ajuda a construir coletivamente um entendimento sobre o que produz e o que não produz saúde no território compartilhado entre educação e saúde. A saúde do ambiente em que está inserida a escola, a unidade de saúde e os demais atores locais pode ser uma ferramenta privilegiada para promover integração entre o setor saúde e educação no intuito de fortalecer o protagonismo local. A matriz pode ser o primeiro tema para produção de um encontro intersetorial, onde o Programa Saúde na Escola está começando ou onde há dificuldade de integração entre os setores. A saúde ambiental possibilita que olhemos primeiramente para aquilo que temos de comum: o ambiente, o território que compartilhamos.

Gestor municipal,

Fique atento para a possibilidade de a saúde ambiental promover objetivos comuns para equipes de saúde e educação! Será que o projeto político pedagógico das escolas não pode ser explorado? Ações de saúde ambiental devem ser planejadas em conjunto. Que tal discutir as ações do PPP ou incluir novas questões?

A Matriz na prática:

A utilização da matriz de diagnósticos pode ser feita a partir de um problema existente ou de um fator positivo do território, relacionados aos processos socioambientais e de saúde da população envolvida, permitindo que os problemas sejam conectados com os fatores determinantes e condicionantes da saúde, buscando estabelecer um diagnóstico da questão levantada por um grupo ou uma circunstância.

Os campos da matriz podem ser preenchidos partindo-se de um nível a ser escolhido, ou então de acordo com a ordem de apontamento das informações vindas do grupo, a partir de qualquer nível. No entanto, o campo “ações” será definido com segurança se completado no final da discussão e feito o levantamento dos dados, após o preenchimento completo da tabela de matriz de diagnósticos. Pois as ações, para serem efetivas, precisam ser criadas para resolver os problemas levantados.

A seguir um exemplo de matriz:

NÍVEL	DESCRIÇÃO DOS FATORES que causam o problema ou a promovem saúde no território (DETERMINAN TES Sociais DA SAÚDE)	AÇÕES a serem realizadas para superar o problema ou manter as condições que promovem saúde no território	RESPONSÁVEIS pelo acompanhamento/e ncaminhamento das ações – Atores envolvidos nas causas e soluções identificadas
Força Motriz (causa)			
Pressão (motivo do acontecimento do fator)			
Situação (problema identificado)			
Exposição (público que sofre com a situação e a pressão)			
Efeito e Consequências			

Para saber mais acesse:

Saúde Ambiental – Guia Básico para Construção de Indicadores

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_ambiental_guia_basico.pdf

Para melhor entender a matriz, tem-se como definição:

1. Força motriz (Causa maior que move o processo) - força que faz algo acontecer, ou seja, fatos que influenciam ou levam a causar os vários processos ambientais que podem afetar a saúde humana. Exemplos: o crescimento da população, desenvolvimento econômico, o desenvolvimento tecnológico, a pobreza, a rapidez da industrialização e da urbanização.

2. Pressões (Consequências da causa maior que move o processo) - são as consequências das diversas forças motrizes. Essas pressões são geradas pelas diferentes atividades econômicas como: indústria, agricultura, transporte e energia e em todas as atividades humanas e podem causar pressões sobre o meio ambiente e a saúde. Exemplos: produção, consumo, disposição de resíduos.

3. Situação (Problema identificado) - são mudanças do meio ambiente, que podem ser complexas e amplas e ter consequências em escala local, regional, estadual e nacional. Essas mudanças são decorrentes das pressões e podem representar um aumento na frequência e magnitude do risco natural. Os recursos naturais podem ser negativamente afetados, seja a qualidade do ar, da água e do solo, devido à poluição. Também podem ocorrer modificações secundárias (uma mudança pode afetar outras áreas). Cada instância pode gerar novos riscos para a saúde, porém nem todos os aspectos do ambiente podem influenciar a saúde, nem se conhecer com clareza a relação com a saúde. Exemplos: riscos naturais, disponibilidade de recursos, níveis de poluição.

4. Exposição (Público que sofre com a situação e a pressão) - condição indispensável para que a saúde pessoal, ou coletiva, seja afetada pelas condições adversas do meio ambiente. Muitos fatores determinam se uma pessoa será exposta, como: a poluição, quantidade de poluentes, tempo de permanência em ambientes contaminados, bem como a forma de contato. Estes fatores estabelecem vínculos fortes e diretos entre os riscos ambientais e os efeitos reais de novos riscos para a saúde. Exemplos: exposição externa, dose de absorção, dose orgânica.

5. Efeitos - os efeitos sobre a saúde podem se manifestar quando alguém se submete a uma exposição. Os efeitos podem variar em função do tipo, magnitude e intensidade, dependendo do nível de risco, do nível de exposição, da situação de saúde da pessoa, idade e formação genética, entre outros. Também podem ser agudos ou crônicos. Podem ocorrer diferentes relações de efeito/exposição para diferentes subconjuntos da população; podem ser pequenos e devem ser diferenciados dos efeitos de outros fatores. Exemplos: intoxicação, envenenamento, bem estar, morbidade, mortalidade.

6. Ações - podem ser de curto prazo e de caráter reparador, outras em longo prazo e preventivas. Diversas ações podem ser tomadas, baseadas na natureza dos riscos, sua receptividade ao controle e na percepção pública dos riscos. As ações podem ser implementadas em diferentes níveis, como por exemplo, em nível das forças motrizes, das pressões, da situação, de exposição ou dos verdadeiros efeitos sobre a saúde.

Com a matriz completamente preenchida pode-se perceber os diferentes níveis em que o problema levantado está relacionado. Em cada linha da tabela será possível perceber os fatores determinantes da saúde que estão sendo afetados e a possível ação a ser executada, que ajudará a sanar o problema naquele nível. Para cada nível, tem-se uma ou várias ações planejadas.

Para garantir a efetividade do cumprimento das ações e a resolução dos problemas pode-se eleger ou apontar o responsável por aquelas ações no determinado nível, de acordo com a governabilidade de realização. É importante pontuar que, apesar

de um responsável estar elencado em uma determinada linha da tabela, ele também pode e deve participar das atividades dos demais níveis. Por exemplo, a comunidade escolar pode desenvolver ações em nível de situação, porém também pode agir tentando fazer diminuir os efeitos das forças motrizes que agem para aquele problema, participando socialmente da construção das políticas ou programas de recursos hídricos, saneamento, educação, com os gestores.

Também para cada ação responsabilizada podem-se eleger estratégias, metas e um cronograma de execução. Assim, para as ações de médio e longo prazo, é possível realizar um monitoramento e eventuais ajustes durante a realização. O trabalho com a matriz pode envolver a escola e a Unidade Básica de Saúde que compartilham um território, mas sua capacidade de atuar na resolução de problemas será aumentada se o Grupo de Trabalho Intersectorial Municipal for envolvido para potencializar a articulação de recurso na esfera municipal. Mais adiante será apresentada uma oficina que envolve o uso da matriz como ferramenta de trabalho para o Programa Saúde na Escola.

Por meio de estudos e práticas de Educação Ambiental é possível refletir e construir estratégias que tornem o contexto escolar e a comunidade em espaços de aprendizagem e de promoção do bem estar físico, mental, social e ambiental. A ideia é transformar a escola e o território de responsabilidade compartilhada entre educação e saúde em *espaços educadores sustentáveis*. Esses espaços são aqueles que têm a intencionalidade de promover a construção de valores e conhecimentos, bem como, de atitudes pessoais e coletivas, favoráveis à formação de sociedades sustentáveis. Isso envolve trabalhar também a promoção da saúde (das pessoas e do ambiente), dos direitos humanos, da inclusão, da diversidade (cultural, biológica, social, etc).

Uma escola sustentável é um local onde todas as pessoas aprendem, por meio de diálogo permanente, e que extrapola seus limites envolvendo o bairro, o município, o mundo. Nela se desenvolve a criticidade e o pensamento sistêmico: “a consciência da complexidade, das interdependências, da mudança e do poder de influenciar” (Senge, 2005). A escola sustentável deve ter a sensibilidade de sistematizar informações e recursos e atuar a partir da construção dessa sistematização. Ela se define menos como espaço físico e mais como redes de interações horizontais, de trocas qualificadas de saberes entre alunos, funcionários, famílias, profissionais da saúde e da educação. Numa escola sustentável nenhum evento deve ser compreendido isoladamente e os desafios locais podem ter sentido se contextualizados e debatidos também entre os pares.

Nesse sentido, a escola e a Unidade de Saúde precisam trabalhar juntas no território, buscando envolver as pessoas na construção de espaços que favoreçam condições, e prazer, para permanecer e aprender na convivência com os outros seres. É possível delinear e priorizar as estratégias para a promoção de um ambiente saudável/sustentável, bem como, as necessidades de aprendizagens, as possíveis instituições e pessoas que poderão colaborar com o processo. É interessante saber: o que é necessário aprender? Como fazer? Com quem e com quais recursos?

Reconhecer e assumir as competências e responsabilidades referentes ao papel/função que ocupa a escola e a Unidade de Saúde, na comunidade e na sociedade é um passo importante para a construção da cidadania. Isso envolve também conhecer e atuar no controle social principalmente das políticas públicas na área de saúde, educação e meio ambiente para contribuir com a produção de escolas, unidades de saúde e comunidades socioambientalmente sustentáveis.

4)Educação Ambiental e a Política dos 5 R's (erres)

Até agora foi falado sobre o modelo de desenvolvimento e a produção de saúde e educação integral e sustentabilidade procurando desenvolver um entendimento de princípios norteadores para as práticas de educação e saúde ambiental. Também foi apresentada uma possibilidade de diagnóstico do território de responsabilidade compartilhada entre educação e saúde, procurando oferecer uma possibilidade de ferramenta de levantamento de problemas e planejamento intersetorial. Agora serão abordados aspectos que costumam ser comuns no cotidiano e que se problematizados e transformados por meio de práticas educativas podem contribuir bastante para que o ambiente onde estejam as pessoas, as unidades de saúde e as escolas possam ser produtores de saúde. Vamos falar sobre a política dos 5 R's e o cuidado com o lixo.

A política dos 5 R's nos alerta para a construção de ações cotidianas, a serem realizadas pessoal ou coletivamente, que contribuem para a produção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Essa política também nos faz refletir sobre a forma como consumimos, sobre os resíduos que produzimos e sobre as possibilidades de uso sustentável daquilo que é usado e daquilo que não usamos mais.

Adote a prática dos cinco 'erres': o primeiro R, de **REPENSAR**, avalia a necessidade de consumir determinado produto e a consequência desse hábito; o segundo R, de **RECUSAR**, recomenda que não se aceite ou adquira produtos que gerem impactos socioambientais significativos; o terceiro R, de **REDUZIR**, tem como objetivo evitar a produção de resíduos revendo os seus hábitos de consumo; o quarto R, de **REUTILIZAR**, orienta a utilização do produto ao máximo, antes do seu descarte; por fim, o quinto e último R, de **RECICLAR**, orienta separar o que pode ser transformado em outro produto ou, então, em produto semelhante.

A política dos 5 R's pode ser utilizada pelas instituições de educação e saúde do seu município como uma prática cotidiana. O Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal pode propor uma avaliação das práticas relacionadas ao uso de material administrativo, à separação de lixo, ao planejamento de uso de recursos e à reciclagem nas instituições, na perspectiva de produzir uma cultura de cuidado com o ambiente e com a saúde. Ações relacionadas à educação ambiental para os educandos e os usuários das unidades de saúde são bem vindas, podendo utilizar também a política dos 5 R's. Escola e unidade de saúde podem ser multiplicadoras de ações comprometidas com a produção de saúde ambiental em todo o território e na casa de cada um.

O lixo é um bom dispositivo para provocar a construção de uma políticas dos 5 R's junto com as escolas e unidades de saúde. É possível discutir coisas simples que podem ser implementadas na prática de trabalho como utilizar os dois lados da folha para escrever, evitar o uso e o consumo de embalagens descartáveis; reaproveitar embalagens de latas, metais e plásticos incentivando o uso da criatividade dos profissionais de educação e saúde e dos próprios estudantes; reciclar papéis, vidros, metais e alguns tipos de plásticos que podem ser utilizados como matéria-prima; além de provocar o planejamento das necessidades de consumo da escola e da unidade de saúde. Essas práticas podem ser estendidas para realização de ações educativas com os educandos e suas famílias, pois à medida que sejam vivenciadas nos espaços de educação e saúde, podem se tornar um hábito em suas vidas.

Segundo a Associação Brasileira de Alumínio, há cerca de 100 mil pessoas no Brasil vivendo da coleta de latas de alumínio e chegam a receber em média três salários mínimos por mês. A reciclagem do lixo pode ser uma fonte de renda importante para as famílias do território. Essas famílias poderiam se envolver com a unidade de saúde e a escola no processo de educação e saúde ambiental? Haveriam saberes a serem compartilhados e possibilidade de valorizar o trabalho realizado por essas pessoas que contribuem tanto para que o ambiente produza saúde?

Está na Lei:

Consulte a **LEI Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências.

Consulte a **Resolução Nº 275/2001** do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.

INFORMAÇÕES SOBRE O LIXO

O lixo é classificado de acordo com sua **origem**:

Residencial - produzido em nossas casas - restos de alimentos, jornais, embalagens, papel higiênico, entre outros.

Comercial - produzido em estabelecimentos comerciais e de serviços, como bares, restaurantes, supermercados, bancos, lojas, entre outros.

Público - produzido em ruas, praças e avenidas.

LIXO DE OUTRAS FONTES:

Serviços de saúde - produzido em hospitais, clínicas, laboratórios, farmácias, etc. Devem ser coletados separadamente, já que contém materiais/microorganismos que podem ocasionar danos à saúde humana e poluir o meio ambiente.

Industrial - lixo produzido nas indústrias metalúrgica, química, petroquímica, papelaria, alimentícia, entre outros.

Agrícola - lixo produzido na área rural – embalagens e restos de agrotóxicos, adubos químicos, etc. Representam riscos para o homem e para o meio ambiente.

Terminais - lixo produzido em rodoviárias, aeroportos e portos, que podem trazer doenças de outros lugares.

Radioativo - produzido por usinas nucleares, equipamentos de radioterapia, por serviços que utilizam radioisótopos em medicina nuclear, rejeitos de fontes radioativas em atividades agrícolas e industriais.

Químico - lixo que contém pilhas, baterias, lâmpadas, entre outros.

O LIXO NO AMBIENTE:

AR: a queima de plástico, borracha, espuma, produz gases tóxicos que podem causar dores de cabeça, náuseas, distúrbios respiratórios, entre outros.

ÁGUA: o lixo pode contaminar as águas e veicular microrganismos que provocam doenças, tais como: hepatite e verminoses.

SOLO: a decomposição do lixo em locais inadequados contamina o solo e pode atingir as águas dos rios, córregos, cisternas, poços, entre outros.

Alguns animais são atraídos pelo LIXO e transmitem DOENÇAS:

Moscas

Forma de transmissão: patas, asas, corpo, fezes.

Doenças: Salmonelose, verminoses, disenteria, febre tifóide.

Mosquitos

Forma de transmissão: picada.

Doenças: Malária, dengue, febre amarela, leishmaniose, filariose.

Baratas

Forma de transmissão: patas, asas, corpo, fezes.

Doenças: Febre tifóide, verminoses, difteria, doenças gastrointestinais.

Ratos

Forma de transmissão: fezes, urina, saliva.

Doenças: Leptospirose, hantavirose, peste bubônica.

Porcos

Forma de transmissão: carne contaminada, crua ou mal cozida.

Doença: Teníase.

Você pode:

Dicas de higiene e saúde:

Acondicione o lixo em sacos plásticos fechados e sem furos, em recipientes com tampa.

Construa um porta-lixo, para colocar os sacos e embalagens contendo o lixo, evitando que cães e gatos o espalhem.

Não queime lixo, pois além de poluir o ambiente pode afetar a saúde das pessoas.

Lixo em condições inadequadas de acondicionamento e descarte provoca doenças, mau cheiro, poluição ambiental, pode causar acidentes e até morte.

A Zoonose do seu município deve contribuir com as ações das vigilâncias epidemiológica e ambiental e controle das principais zoonoses urbanas. Fique atento para acioná-la ao identificar focos de animais que possam transmitir doenças!

CURIOSIDADES:

A reciclagem de uma única lata de alumínio economiza energia suficiente para manter uma TV ligada durante três horas.

As empresas reciclam a lata de alumínio com ou sem o lacre, isso porque o anel é pequeno e pode se perder durante o transporte.

O lacre da latinha não vale mais e não deve ser vendido separadamente. Ele pode ser usado em artesanatos, como por exemplo, na confecção de bolsas de crochê.

Uma tonelada de papel reciclado economiza 10mil litros de água e evita o corte de 17 árvores adultas.

Cada 100 toneladas de plástico reciclado economizam 1 tonelada de petróleo.

Um quilo de vidro quebrado faz 1kg de vidro novo e pode ser infinitamente reciclado.

Para produzir 1 tonelada de papel é preciso 100 mil litros de água e 5 mil KW de energia. Para produzir a mesma quantidade de papel reciclado, são usados apenas 2 mil litros de água e 50% da energia.

Cada 100 toneladas de plástico economizam uma tonelada de petróleo.

Coleta Seletiva

O processo de reciclagem do lixo pode contribuir para desencadear a coleta seletiva, que pode ser mobilizada e qualificada pelo trabalho desenvolvido em conjunto pelas escolas e unidades de saúde. O Grupo de Trabalho Intersetorial pode articular e apoiar ações nesse sentido. Há diversos materiais e políticas públicas que podem contribuir com a implantação da coleta seletiva, como os elencados abaixo:

Modelo para coleta seletiva de baixo custo (**ELEMENTOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA E PROJETO DOS GALPÕES DE TRIAGEM**)
http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/publicacao/125_publicacao20012011032243.pdf

FOLDER SOBRE **PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS**
http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/publicacao/125_publicacao24012012015206.pdf

FOLDER: MODELO TECNOLÓGICO E DE GESTÃO PARA MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/publicacao/125_publicacao17012012091004.pdf

FOLDER: POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

http://www.mma.gov.br/estruturas/srhu_urbano/publicacao/125_publicacao19012012022259.pdf

DICAS:

Verifique se no seu município a iniciativa de catadores de lixo pode dar certo!

PARA SABER MAIS SOBRE AS COOPERATIVAS DE CATADORES VOCÊ PODE ACESSAR: <http://www.secretariageral.gov.br>

PARA TER MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS, ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES, ACESSE:

http://www.mma.gov.br/estruturas/secex_consumo/arquivos/8%20-%20mcs_lixo.pdf

Assista ao documentário anglo-brasileiro lançado em 2010 chamado *Lixo Extraordinário*. Relata o trabalho do artista plástico brasileiro Vik Muniz com catadores de material reciclável no Jardim Gramacho (em um dos maiores aterros controlados do mundo), bairro periférico de Duque de Caxias.

O tema referente ao lixo precisa ser abordado em sala de aula, incluindo a sua geração, seu destino, sua ação danosa, sua redução e até mesmo sua não produção.

O lixo escolar se origina das atividades desenvolvidas na escola, e o seu destino, quando possível, deve ser a reciclagem. O que não for possível reciclar deve ser destinado aos aterros sanitários que a prefeitura da cidade reserva exclusivamente para isso. Quanto aos resíduos orgânicos gerados, preferencialmente, devem ser destinados à compostagem para a produção de adubo orgânico e posterior aplicação na própria horta da escola.

Os educandos deverão ser conscientizados a respeito da coleta seletiva e também sobre a importância da troca dos copos descartáveis por canecas reutilizáveis.

Os resultados esperados a partir das ações de saúde ambiental e que envolvem atividades de sensibilização, responsabilização e intervenção do cuidado consigo mesmo e com o ambiente escolar são: fomento de práticas de atenção ao meio ambiente como forma de manutenção de uma vida saudável, aproximação de famílias, comunidade e profissionais de saúde e educação na resolução de questões ambientais e

educação entre pares que traga elementos geradores de identificação e vivências locais, por meio do fortalecimento de vínculos o ambiente reflete uma vida mais saudável.

SUGESTÕES DE TRABALHOS EM GRUPO NOS MOLDES DE OFICINAS

As oficinas do Caderno de Saúde Ambiental são ferramentas para iniciar as ações propostas pelo Programa Saúde na Escola (PSE) como práticas de saúde ambiental. A Oficina 1: **Diagnóstico de Saúde Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Território: como desenvolver a metodologia da Matriz no Programa Saúde na Escola?**, oferece uma metodologia para se realizar o diagnóstico de saúde ambiental do território compartilhado entre educação e saúde. A Oficina 2: **Identificando as vulnerabilidades no território**, propõe identificar a percepção do ambiente do território compartilhado entre educação e saúde. A Oficina 3: **Formação de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida** sugere formar profissionais de educação e saúde para implementarem a comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida. A Oficina 4: **Resíduos sólidos que produzimos e destinação final** propõe discutir a questão dos resíduos sólidos no território.

As propostas de oficina descritas abaixo são sugestões e devem ser adaptadas de acordo com a realidade local, e também conforme a disponibilidade de tempo, espaço, atores e materiais. A idéia é que sejam desenvolvidas nos espaços/momentos formativos do GTI Municipal entre seus pares, com possibilidade de multiplicação para profissionais de saúde e de educação.

Oficina 1. Diagnóstico de Saúde Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Território: como desenvolver a metodologia da Matriz no Programa Saúde na Escola?

Objetivos: fazer o diagnóstico de saúde ambiental do território compartilhado entre educação e saúde, levantando problemas e potencialidade para planejar ações intersectoriais de promoção da saúde.

Duração: 4 horas

Material Necessário: 3 cartazes com a matriz para ser preenchida, conforme a quantidade de pessoas; pincéis atômicos de cores variadas; 1 cartaz com a explicação do significado de cada elemento da matriz; papel pardo conforme a quantidade de grupos para realizar o mapa do território; fita adesiva; tarjetas e cola (caso prefira trabalhar com elas).

Atividade:

1- O (s) facilitador (es) da oficina apresenta (m)-se e expõe (m) o objetivo do encontro. Certifica(m)-se de que a proposta esteja clara para os participantes. O (s) facilitador (es) pode (m) ser do nível da gestão, profissional (is) de saúde ou educação, jovem (ns) protagonista ou qualquer outro ator do território que se sinta a vontade para conduzir a oficina.

2- O (s) facilitadores (s) pedem que os participantes se apresentem para o grupo.

3- Dividir os participantes em duplas, trios ou grupo de até 6 pessoas, garantindo que eles sejam intersetoriais, ou seja, que tenham participantes do setor educação, do setor saúde e da comunidade.

4- Solicitar que façam um mapa do território onde atuam e identifiquem o que existe nesse território que contribui com a produção de saúde ambiental e o que prejudica.

5- Pedir que os grupos apresentem os mapas.

6- Eleger com o grupo quais os principais problemas a serem enfrentados. É importante que se chegue a um consenso de duas ou três situações para realização do planejamento. Assumir muitas ações ao mesmo tempo pode gerar desmobilização do grupo. É importante lembrar que essa ação de planejamento pode ser retomada a qualquer momento e novos problemas podem ser priorizados à medida que se avança nas conquistas dos objetivos a que o grupo se propôs.

5- Após a escolha das prioridades, apresentar a matriz, que foi discutida ao longo do caderno, explicando o que é força motriz (causa), pressão (motivo do acontecimento do fator), situação (problema identificado), exposição (público que sofre com a situação e a pressão), efeito e consequências conforme exposto ao longo do Caderno.

7- Preencher junto com o grupo uma matriz para cada problema a ser enfrentado. Caso o grupo seja grande sugerimos dividir as pessoas conforme a quantidade de problemas levantados e pedir que cada grupo preencha uma matriz e apresente para o grupo que fará contribuições e adaptações das ideias propostas. Procure preencher a matriz incentivando a participação e a contribuição de todos os integrantes do grupo, construindo consensos, desfazendo divergências e dando as orientações para o preenchimento correto dos campos. Os campos da matriz podem ser preenchidos partindo-se de um nível a ser escolhido, ou então de acordo com a ordem de apontamento das informações vindas do grupo, a partir de qualquer nível. No entanto, o campo “ações” será definido com segurança se completado no final da discussão e levantamento dos dados, após o preenchimento completo da tabela de matriz de diagnósticos.

- Qual é a força motriz (causa) do problema?
- Por qual motivo, ou pressão, a força motriz se mantém ativa?
- Quais os efeitos (exposição) e as consequências (vulnerabilidade) que o problema identificado (situação) pode ocasionar?
- Quais ações devem ser tomadas para solucionar a situação problema?

8- Com a Matriz completamente preenchida, leia em voz alta com o grupo o que foi produzido, podem-se perceber os diferentes níveis em que o problema levantado está relacionado. Em cada linha da tabela será possível perceber os fatores determinantes da saúde que estão sendo afetados e a possível ação a ser executada, que ajudará a sanar o problema naquele nível. Para cada nível, tem-se uma ou várias ações determinadas.

A seguir temos um exemplo de matriz preenchida (Tabela 1) a partir de uma situação hipotética levantada, (banheiros sujos de uma escola).

Tabela 1 – Análise de ações e reações sobre a saúde e o meio ambiente, em situação hipotética dentro de uma escola com banheiros sujos.

Nível	Descrição dos Fatores Determinantes da Saúde	Ações	Responsáveis/ Atores
-------	--	-------	----------------------

Força Motriz (Causa)	Interrupção sazonal no abastecimento de água (períodos de seca/estiagem).	Ampliar reservatórios de água no município; Alternativas de captação de água de chuva; Tecnologias de banheiro seco; Planos de manejo água.	Companhia de Saneamento.
Pressão (motivo do acontecimento do fator)	Interrupção no abastecimento de água na escola; Falta de água para limpeza, higiene, consumo e preparo da merenda.	Reserva de água na escola em caixas d'água ou cisternas; Contratação de caminhões pipa.	Direção da escola.
Situação (problema identificado)	Banheiros sujos Banheiros interditados com frequência Mau cheiro	Conscientização dos alunos; Capacitação de serviços gerais; Sistema de ventilação do banheiro.	Escola
Exposição (público que sofre com a situação e a pressão)	Comunidade escolar, principalmente crianças menores de idade.	Educação e conscientização.	Famílias, comunidade, escola, parceiros locais.
Efeito e Consequências	Discriminação entre crianças que fazem necessidades na roupa; Comprometimento sanitário dos alimentos da merenda; Higienização da escola; Suscetibilidade a doenças e vetores; Falta à escola pelos alunos; Suspensão das aulas.	Promoção da cultura de paz; Prevenção do <i>Bullying</i> ; Limpeza do ambiente escolar; Melhoria da qualidade de vida.	Estudantes, famílias, profissionais de saúde e educação, escola.

9 - Para garantir a efetividade do cumprimento das ações e a resolução dos problemas é preciso eleger responsáveis pelas ações elencadas. É importante pontuar que, apesar de um responsável estar elencado em uma determinada linha da tabela, ele também pode e deve participar das atividades dos demais níveis. Por exemplo, a comunidade escolar pode desenvolver ações em nível de situação, porém também pode agir tentando fazer diminuir os efeitos das forças motrizes que agem para aquele problema, participando socialmente da construção das políticas ou programas de recursos hídricos, saneamento, educação, junto aos gestores.

10- Diante da definição dos problemas, das ações a serem realizadas e dos responsáveis por elas, é preciso oportunizar que os responsáveis por desenvolver as ações possam juntos criar um plano de trabalho. Assim é possível finalizar organizando com os responsáveis as datas e os prazos para darem continuidade ao planejamento das ações. Também para cada ação responsabilizada podem-se eleger estratégias, metas e um cronograma de execução. Para as ações de médio e longo prazo, é possível realizar um monitoramento e eventuais ajustes durante a realização. É importante agendar nova reunião com o objetivo de monitorar e avaliar os resultados obtidos nas ações já executadas. A atividade poderá estimular que o grupo elabore e oficialize um expediente ao Poder Público, ou instância responsável.

11- É interessante pedir que as pessoas avaliem o que gostaram no encontro e se tem alguma sugestão para o próximo.

Oficina 2 - Identificando as vulnerabilidades no território

Objetivo: identificar a percepção do ambiente do território compartilhado entre educação e saúde compreendendo os principais determinantes ambientais que causam impactos à saúde dos escolares.

Duração: 3 horas

Material necessário: Cartolinas, pincéis atômicos de cores variadas, fita adesiva, tarjetas, cola, miniaturas, papel pardo, lápis de cor, giz de cera, tinta guache, isopor, etc.

Preparação das Atividades: O Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal levanta os principais problemas de saúde ambiental do município junto aos setores responsáveis da gestão municipal e conselho municipal de meio ambiente, como por exemplo: água, ar, solo, resíduos sólidos, biodiversidade e localização segura (habitação sustentável em território seguro).

Atividades:

- 1- O (s) facilitador (es) da oficina apresentam-se e expõe o objetivo do encontro. Certifica (m)-se de que a proposta esteja clara para os participantes.
- 2- O (s) facilitadore (s) pedem que os participantes se apresentem para o grupo.
- 3- Dividir os participantes em grupos conforme os problemas de saúde ambiental levantados pelo Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal. Cada grupo avaliará um dos problemas identificados.
- 4- Os pequenos grupos respondem:
 - Quais as situações de risco ou vulnerabilidades que esse problema traz para a saúde dos escolares e suas famílias no território?
 - Que caminhos devem ser percorridos para buscar soluções para os problemas enfrentados?
 - Como a escola e a unidade de saúde poderiam atuar em conjunto para contribuir com a solução desse problema? Fazendo um plano de ação integrado?
 - Como pode se dar a participação conjunta desses setores na discussão e formulação do Projeto Político Pedagógico na escola?

- Que outros atores da comunidade poderiam estar envolvidos? Que outros setores das políticas públicas poderiam colaborar?
- 5- Cada grupo apresenta o que produziu.
 - 6- Dividir novamente os participantes em grupos de acordo com os territórios de responsabilidade compartilhada entre escola e unidade de saúde, ou seja, cada representante de escola deve sentar junto com o representante da unidade de saúde de seu território.
 - 7- Os grupos dos territórios de responsabilidade compartilhada definirão um dos temas para realizarem um plano de trabalho comum. Esse plano de trabalho pode contar com a definição de ações, responsáveis, definição de momentos de planejamento e avaliação compartilhados.
 - 8- Apresentação dos pequenos grupos e agendamento de encontro para acompanhar a realização do plano de ação.
 - 9- É interessante pedir que as pessoas avaliem o que gostaram no encontro e se tem alguma sugestão para o próximo.

Oficina 3. Formação de uma Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Objetivo: formar profissionais de educação e saúde para implementarem a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, para fortalecer o protagonismo infantil e juvenil por meio de ações de saúde e educação ambiental.

Duração: 4 horas

Material necessário: papel, caneta, Cópias do arquivo “Formando COM-VIDA Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - Construindo Agenda 21 na Escola”, (disponível no site <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/arquivos/com-vida.pdf>)

Atividades:

- 1- O (s) facilitador (es) da oficina apresentam-se e expõe o objetivo do encontro. Certifica (m)-se de que a proposta esteja clara para os participantes.
- 2- O (s) facilitadore (s) pedem que os participantes se apresentem para o grupo.
- 3- Distribuir uma cópia do material: Formando COM-VIDA Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola - Construindo Agenda 21 na Escola e solicitar que os participantes leiam em pequenos grupos.
- 4- Fazer um grande círculo e propor que o grupo expresse o que mais chamou atenção na proposta, quais as dúvidas e as reflexões que fizeram.
- 5- Conversar com o grupo sobre a potencialidade do setor educação e saúde assumirem essa proposta conjuntamente, isso é importante, pois muitas vezes o material refere-se somente ao professor e por meio do Programa Saúde na Escola temos a possibilidade de ampliar a inserção dos profissionais de saúde na implementação dessa importante ferramenta de formação de grupo de educação entre pares e promoção da saúde.
- 6- Dividir os grupos de acordo com os territórios de responsabilidade compartilhada entre escola e unidade de saúde, ou seja, cada representante de escola deve sentar junto

com o representante da unidade de saúde de seu território e planejar como podem colocar em prática a Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida; definindo quais as adaptações necessárias para a realidade da escola e do território, como poderão apresentar a proposta para os colegas da unidade de saúde e da escola, quais os atores que podem ser parceiros na comunidade e na escola, que tipo de suporte precisarão do Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal, uma proposta de cronograma de ação e momentos para retomarem o planejamento e a avaliação da atividade que estão realizando, entre outras questões que julgarem necessário para colocar em prática.

7- Cada grupo apresenta seu planejamento para discussão e qualificação junto ao grande grupo.

8- Agendar novo encontro para acompanhamento da ação.

9- É interessante pedir que as pessoas avaliem o que gostaram no encontro e se tem alguma sugestão para o próximo.

Oficina 4. Resíduos sólidos que produzimos e destinação final

Objetivos: discutir a questão dos resíduos sólidos no território (escola, unidade de saúde, comunidade e município) e dar início a um plano conjunto para qualificar a destinação de resíduos sólidos. Promover qualificação da coleta seletiva no território sabendo suas implicações e melhorias para a saúde e bem-estar no ambiente.

Materiais: papel, caneta, televisão e DVD (ou computador com acesso a internet), vídeo “História das Coisas” (disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=xEgPp1VGWsM>),

Atividade:

1- O (s) facilitador (es) da oficina apresentam-se e expõe o objetivo do encontro. Certifica (m)-se de que a proposta esteja clara para os participantes.

2- O (s) facilitador (es) pedem que os participantes se apresentem para o grupo.

3- Assistir ao vídeo a História das Coisas (<http://www.youtube.com/watch?v=xEgPp1VGWsM>)

4- Fazer uma roda e conversar com o grupo o que acharam do vídeo, quais as surpresas e as reflexões que ele provocou. Dar destaque a questão: como as informações trazidas pelo vídeo influencia a prática de profissionais de educação e saúde no nosso município?

5- O (s) facilitador(es) apresentam o política dos 5 R's apresentada ao longo do Caderno.

6- Dividir as pessoas em pequenos grupos e pedir que respondam:

- Como poderíamos envolver a escola, a unidade de saúde e a comunidade para utilizarem os 5 R's?
- Quais os benefícios à saúde com a utilização dos 5 R's e correta destinação final dos resíduos/rejeitos?
- Como estão sendo tratados os resíduos da escola e da unidade de saúde onde trabalhamos?
- Quais doenças/agravos à saúde e ao meio ambiente podem ocorrer em decorrência da não destinação correta dos resíduos produzidos?

- O que podemos fazer para qualificar a destinação de resíduos sólidos no território onde atuamos como profissionais de educação e saúde e no nosso município?

7- Retornar ao grande grupo e discutir as respostas para cada uma das questões trazidas pelos grupos.

8- Marcar novo encontro para discutir as propostas levantadas na última questão com o objetivo de desenvolver uma ação de integrada para qualificar a destinação de resíduos nas escolas, nas unidades de saúde e no município.

9- É interessante pedir que as pessoas avaliem o que gostaram no encontro e se tem alguma sugestão para o próximo.

Referências

A Saúde no Documento Final da Rio +20. Disponível em <<http://blog.institutobrookfield.org.br/index.php/2012/07/a-saude-no-documento-final-da-rio20/>>.

Brasil, Presidência da República - Lei 8080 de 19 de setembro 1990. Disponível em <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/lei8080.pdf>>. Acesso em 13 nov 2012.

Brasil. Presidência da República – Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 13 set 2013.

Brasil. Ministério da Fazenda, disponível em www.fazenda.gov.br em março de 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Subsídios para a Construção da Política Nacional de Saúde Ambiental. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21

Maciel, A. A. Góes Jr, C. Cancio, J. Oliveira, M. L. Costa, S. Indicadores de Vigilância Ambiental. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/indicadores_de_vas.pdf>.

Organização das Nações Unidas – ONU disponível em: www.onu.org.br/rio20.

Organização Mundial de Saúde- OMS. Indicadores para o estabelecimento de políticas e a tomada de decisão em saúde ambiental, 1998, Genebra (mimeo).

Caderno temático: Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis. Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-31>>.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução CNE/CP nº 2/2012. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos - Resolução CNE/CP nº 1/2012. Disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866>.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Saude soc.**, São Paulo, v. 7, n. 2, dez. 1998 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

12901998000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 ago 2013.
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12901998000200003>>.

Santos, N. Souza, M. A. A. de, Silveira, M. L. Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec; 1994, 245p.

SENGE, P. et al. Escolas que aprendem. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global . Disponível em <<http://www.funbea.org.br/tratado-de-educacao-ambiental-para-sociedades-sustentaveis-e-responsabilidade-global/>>.



DISQUE SAÚDE

136

Ouvidoria Geral do SUS

www.saude.gov.br

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs



Ministério da
Educação

Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA